



AEPET

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS



Programa Setorial para as Eleições Gerais de 2018

Soberania e Desenvolvimento: Energia e Petróleo

Maio de 2018



Programa Setorial para as Eleições Gerais de 2018

Soberania e Desenvolvimento: Energia e Petróleo

Resumo Executivo

O petróleo é um bem público e estratégico. Petróleo e gás natural são fontes primárias de mais de 50% da energia consumida no planeta, a sua disponibilidade é essencial ao desenvolvimento social e econômico e à soberania das nações.

O petróleo é especial, na medida em que não tem substitutos em equivalente qualidade e quantidade. Sua elevada densidade energética e a riqueza de sua composição, em orgânicos dificilmente encontrados na natureza, conferem vantagem econômica e militar àqueles que o possuem. A sociedade que conhecemos, sua complexidade, sua organização espacial concentrada, sua produtividade industrial e agrícola, o tamanho da superestrutura financeira em relação as esferas industrial e comercial, foi erguida e depende do petróleo.

O esgotamento do petróleo convencional e barato de se produzir, com a redução do excedente energético e econômico da indústria petroleira está transformando, aceleradamente, a sociedade. É necessário garantir a propriedade do petróleo e ficar com seu valor de uso. Atender as necessidades dos brasileiros e erguer a infraestrutura dos renováveis para uma nova organização social.

Em face dessas características, os países industrializados não hesitam em utilizar todos os meios necessários para assegurar o seu suprimento. Guerras, revoluções induzidas, intervenções armadas, patrocínio de golpes



de estado, cooptação da mídia e corrupção de agentes públicos e executivos locais têm sido, historicamente, instrumentos utilizados para garantir o acesso às reservas de petróleo e gás natural.

No mercado internacional, o petróleo é tratado como uma “commodity” estratégica e os seus preços resultam do balanço produção x consumo e de fatores geopolíticos. Do lado da produção, o cartel da OPEP, formado por 14 países exportadores, é responsável por 1/3 da produção mundial e busca controlar a formação dos preços do produto. As empresas que se dedicam unicamente à produção de óleo e gás ficam sujeitas, portanto, às oscilações de preços em um mercado cartelizado e especulativo, sobre os quais não exercem qualquer controle. Por esse motivo, as grandes petroleiras se posicionam com modelos de negócios que permitam integrar as suas operações, agregar maior valor ao petróleo, defender o seu “market-share” e, mais recentemente, diversificar as suas atividades. No nível estratégico, as palavras de ordem, hoje, são “integração” e “diversificação”.

Até o início deste século, o Brasil foi um importador líquido de petróleo e sofreu duramente os impactos das sucessivas crises ocorridas no mercado internacional. Para garantir o suprimento de combustíveis ao mercado interno e reduzir a remessa de divisas para o exterior, a Petrobrás optou, desde a sua criação, pela implantação de um parque de refino no país, modelado para processar petróleo nacional e importado. Na esteira da construção desse parque, floresceu uma indústria nacional que, em apenas duas décadas, tornou-se capaz de fornecer 80% dos bens e serviços requeridos pelos investimentos da Petrobrás no “downstream”. Nos últimos 20 anos, a empresa investiu fortemente nos setores de gás natural



e biocombustíveis e promoveu a diversificação de seus negócios no setor de energia, com usinas termelétricas, eólicas e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). Com a descoberta do pré-sal, a Petrobrás alcançou, já em 2015, um posicionamento estratégico de causar inveja às suas congêneres multinacionais, então abaladas pela queda dos preços do petróleo e pela dificuldade de recuperar reservas esgotadas pela produção.

As enormes reservas de petróleo e gás existentes na região do pré-sal sinalizaram a oportunidade de produzir todo o óleo necessário ao atendimento do mercado nacional e, eventualmente, exportar volumes excedentes. Uma legislação específica, instituída na 1ª década deste século, possibilitou a conversão da maior parte da renda petroleira em recursos destinados a programas sociais, à inovação tecnológica e ao desenvolvimento da engenharia e da indústria nacionais. As regras para exploração do pré-sal, a introdução do regime de partilha, a política de conteúdo local e um programa de investimentos sustentado por financiamento externo foram as principais medidas adotadas com essa finalidade. Acontece que o atual governo, influenciado por interesses privados e de mercado, alterou a política de desenvolvimento do setor petróleo brasileiro e tem promovido a desnacionalização de suas atividades. As medidas adotadas desde 2016 fragilizam a nossa maior companhia, enfraquecem a engenharia e a indústria nacionais e abrem espaço para a atuação de agentes não comprometidos com o desenvolvimento brasileiro, alinhados com os interesses de outros países.

Na tabela que completa este resumo executivo, são apresentados pontos importantes a considerar para o adequado desenvolvimento do setor petrolífero brasileiro.

**SUMARIO EXECUTIVO: PROPOSTAS PARA O SETOR PETROLÍFERO NACIONAL****1. Reversão da privatização de ativos estratégicos e geradores de receita**

Atual. O governo e a Petrobrás estão vendendo negócios, ou partes deles, sem a devida seletividade. São negócios geradores de receitas, que manteriam a empresa integrada e que são oferecidos ao mercado para pagar dívidas, fazer caixa ou pagar dividendos. Em verdade, estão, apenas, antecipando receitas, com elevado custo financeiro, sem considerar os prejuízos que tais mutilações trarão para a empresa e para o País.

Proposto. Adotar alternativas financeiras para a administração da dívida. Rever o Plano Estratégico para garantir a integração e a diversificação da companhia. Revisar as metas de alavancagem financeira e subordinar a venda de ativos a ajustes de estratégia e não aos interesses do mercado. Cancelar os negócios que não tenham sido concluídos e a lista de bens postos à venda. Recuperar os ativos críticos vendidos.

2. Alteração da política de preços da Petrobrás

Atual. A atual política de paridade com preços internacionais e reajustes diários favorece a importação de combustíveis por outros agentes, reduz o “market-share” e as receitas da Petrobrás e eleva, de forma significativa, a remessa de dólares ao exterior. Dados da ANP, relativos a 2017, mostram que mais de 20% do mercado brasileiro é, hoje, abastecido por produtos importados, enquanto o parque de refino nacional opera com uma incrível ociosidade, da ordem de 25%, equivalente a 500 mil bpd. A despesa em dólares cresceu 57,5%, totalizando US\$13 bilhões. Perde a Petrobrás, perdem os consumidores e perde o Brasil.

Proposto. A atual política de preços dos derivados deve ser modificada, de forma a reduzir a deletéria importação de gasolina e diesel e elevar o fator de operação do parque de refino nacional. O intervalo de aplicação dos reajustes de preços deve ser ampliado para que o mercado e os consumidores possam ter tempo de acompanhar e se beneficiar de sua evolução. As margens de comercialização do petróleo produzido no Brasil devem ser consideradas e, eventualmente, podem ser criadas taxas compensatórias sobre a importação de derivados, como fazem os EUA para o aço, soja, cítricos e outros produtos.

3. Desenvolvimento da política de conteúdo local

Atual. Os fornecedores nacionais criticam a nova política de conteúdo local. Os novos índices são, em média, 50% inferiores aos que vinham sendo exigidos, estimulando compras no exterior, em detrimento da indústria brasileira. Sem alíquotas específicas para serviços e para bens e equipamentos, os novos percentuais poderão ser cumpridos apenas com prestação de serviços, sem necessidade de adquirir produtos fabricados no País. O Brasil continuará vendendo matéria-prima e importando valor agregado, gerando empregos no exterior e desemprego na indústria brasileira.

Proposta. Estabelecer uma política de conteúdo nacional a ser obedecida por todos os agentes e que receba incentivos condizentes com os níveis de emprego e de renda criados localmente. O Brasil já teve até 90% de conteúdo nacional nas obras do setor petróleo promovidas pela Petrobrás e caminha para perder toda essa qualificação. O pré-sal oferece uma excelente oportunidade para o desenvolvimento da tecnologia, da engenharia e da indústria nacionais, a exemplo do que ocorreu em outros países.

4. Contratação direta da Petrobrás para a produção dos excedentes da Cessão Onerosa

Atual. A Lei de Partilha (Lei Nº 12.351/2010) prevê a possibilidade de contratação direta da Petrobrás nos casos de interesse estratégico nacional. Com base neste dispositivo, o CNPE aprovou, em 24/06/2014, a contratação da Petrobrás para a produção, em regime de partilha, do volume de petróleo excedente ao volume contratado sob o regime de Cessão Onerosa. Essa decisão vem sendo questionada em nome de interesses das petroleiras multinacionais e pelo governo, interessado nos recursos que podem ser obtidos com o leilão daqueles excedentes.

Proposta. A Petrobrás teve êxito na exploração e produção dos 5 bilhões de barris que adquiriu do governo sob o regime de Cessão Onerosa. A partir das descobertas da estatal, está previsto ali existirem até 20 bilhões de barris, ou mais. Nada mais lógico, justo e adequado, para a empresa e para o País, que a Petrobrás unifique tais áreas para produção, remunerando a União com o óleo produzido. A decisão original do CNPE deve ser mantida, pois, permitirá repor a produção acumulada, assegurar um volume potencial com baixo risco exploratório e economizar custos de descoberta.



5. Assegurar o direito da Petrobrás como operadora única do pré-sal	
<p>Atual. Após uma longa, injusta e equivocada campanha midiática contra a Petrobrás, transformando-a, falsamente, em uma “empresa falida e incapaz de investir na exploração do pré-sal”, o governo retirou da empresa o direito de ser operadora única do pré-sal e de ter, no mínimo, uma participação de 30% na exploração e produção de cada projeto licitado. Sem reconhecer os benefícios operacionais e estratégicos que a operação única pela estatal pode trazer para o País, o governo preferiu atender aos reclamos do mercado e das grandes petroleiras multinacionais.</p>	<p>Proposta. Restabelecer a Petrobrás como operadora única do pré-sal, de forma a modular a produção em benefício do País, estimular o desenvolvimento industrial com o uso de mais bens de produção local, garantir o progresso tecnológico nacional, evitar fraudes, repor reservas extraídas, diminuir custos de produção da estatal e garantir empregos para os brasileiros. E, sobretudo, reconhecer o esforço da Petrobrás que, pioneiramente, vasculhou as profundezas da terra e do mar, descobrindo e viabilizando, em tempo recorde, a produção na área do pré-sal antes que qualquer outra empresa ali se aventurasse.</p>
6. Revisão do Planejamento Estratégico e da Política de Distribuição de Dividendos da Petrobrás	
<p>Atual. O PNG atual prevê a venda de ativos de campos em produção, logística, refino e o abandono das áreas de petroquímica, fertilizantes e biocombustíveis. A ótica é unicamente financeira e não valoriza o posicionamento estratégico construído pela Petrobrás ao longo das duas últimas décadas. A distribuição mínima de dividendos é de 25% do lucro líquido ajustado, sem limite superior, com a antecipação trimestral do pagamento.</p>	<p>Proposta. Rever o PNG para voltar a investir na integração das atividades da companhia, na agregação de valor ao petróleo e gás e na recuperação do “market-share” da empresa no mercado interno. É preciso valorizar ao máximo as sinergias do conjunto e a sua grandeza. Rever a política de distribuição de dividendos e o estatuto social para reduzir a distribuição mínima e estabelecer um limite máximo, além de eliminar a antecipação trimestral, para que a Petrobrás não seja submetida a interesses especulativos e de curto prazo.</p>
7. Controle da exportação de petróleo	
<p>Atual. O atual governo não dispõe de uma política para o controle da produção e da exportação de petróleo. Não conhece, ainda, todo o potencial de reservas existentes no pré-sal, mas, apressa leilões de áreas que podem conter dezenas de bilhões de barris de óleo, apenas para cobrir déficits fiscais. Esta política poderá levar ao esgotamento prematuro das reservas nacionais, ainda no período de ampla utilização dessa forma de energia.</p>	<p>Proposta. Investir na delimitação de jazidas e na definição das reservas do pré-sal, como condição para definir a extensão das concessões. O óleo produzido deve ser direcionado, prioritariamente, para o uso interno e para a produção de derivados pelo parque de refino nacional. A exportação deve ser residual, não permanente e dirigida para o mercado “spot”. A filosofia do planejamento da produção deve ser a segurança energética nacional.</p>
8. Revisão dos subsídios concedidos às petroleiras e da legislação que impacta as estatais	
<p>Atual. Assim que a nova lei permitiu que a operação do pré-sal fosse feita por companhias estrangeiras, iniciou-se um movimento firme de apoio governamental ao setor, agora em marcha para ser crescentemente estrangeiro. Subsídios elevados e legislações facilitadoras vêm sendo aprovados, com prejuízo para o País.</p>	<p>Proposta. Analisar com rigor todos os subsídios concedidos, revogando leis como a 13.586/2017 e revisando as legislações facilitadoras aprovadas. O pré-sal não demanda incentivos, pois, os riscos de investimento são baixos. As companhias viriam, como sempre vieram, para serem parceiras da Petrobrás.</p>
9. Estabelecimento de políticas públicas para a distribuição da renda petroleira	
<p>Atual. A legislação vigente estabelece o pagamento de bônus pelas empresas licitantes e de taxas, royalties, impostos e contribuições pelas produtoras de óleo e gás. Essas rendas são repassadas à União, Estados e Municípios, para fins específicos, mas, grande parte é desviada ou desperdiçada.</p>	<p>Proposta. Rever a legislação e estabelecer obrigações mais rigorosas para o uso dos repasses, orientando-os para suportar programas sociais, desenvolvimento de ciência e tecnologia e produção de biocombustíveis e energias renováveis. Incluir exigências de eliminação de desperdícios para elevar a eficácia no uso dos recursos.</p>
10. Recompra dos ADR da Petrobrás negociados em bolsas estrangeiras	
<p>Atual. Ações (ADR) da Petrobrás são negociadas em bolsas norte-americana, europeia e argentina. Essa condição submete a empresa à regulação exercida por leis e órgãos de fiscalização estrangeiros. É uma fragilidade desnecessária, agravada pela transferência de divisas para o exterior via remessa de dividendos.</p>	<p>Proposta. Avaliar a transferência de divisas para o exterior. Analisar as vantagens e desvantagens da manutenção de um modelo acionário com participação estrangeira. Avaliar os custos e implicações de recompra total ou paulatina de ADRs em negociação nas bolsas de valores estrangeiras.</p>

**Programa setorial para as Eleições Gerais de 2018****Soberania e desenvolvimento: energia e petróleo****AEPET*, maio de 2018**

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) tem o objetivo permanente de defesa da Petrobrás, de sua inserção no processo de desenvolvimento nacional e da defesa da Soberania Brasileira. Com a proximidade do período de eleições para os poderes executivo e legislativo, nacionais e estaduais, a Associação tem a intenção de se manifestar e apresentar propostas para o desenvolvimento do setor petrolífero, em estreito alinhamento com o interesse nacional.

Expomos um breve diagnóstico do setor e as medidas concretas que apreciaríamos ver nos programas dos candidatos aos cargos executivos e legislativos da Eleição Geral de 2018.

BREVE DIAGNÓSTICO

O século XXI trouxe profunda mudança no setor petróleo. Até então, as empresas privadas internacionais e os Estados produtores, por suas empresas estatais, atuavam para dispor de recursos que lhes permitissem levar a procura de novos campos para fronteiras exploratórias. O domínio do sistema financeiro internacional, quer no controle das empresas privadas quer na orientação dos Estados, alterou radicalmente este panorama. A elevação e queda acentuadas do preço do barril entre 2002 e 2014, instabilidade que se mantém, foi o evento chave. Quebraram diversas



petroleiras e prestadoras de serviço e o setor de poucas empresas ficou ainda mais concentrado. Outra consequência foi terem a Venezuela, com seu óleo pesado, e o Canadá, com suas areias oleosas, assumido a posição de maiores reservas, ao lado da Arábia Saudita, e com as reservas mundiais sem crescimento desde 2013. Além de sofrer os reflexos da crise, a Petrobrás foi prejudicada com a mudança de rumo imposta pelo governo que assumiu o poder em 2016. Sua missão, abastecer o Brasil de petróleo e derivados e contribuir para segurança do País em energias, ficou submetida a interesses privados, financeiros e do mercado.

Não há substituto para o petróleo convencional (barato de se produzir), mas ele foi esgotado e a humanidade vive as consequências econômicas e sociais deste fato. O aumento do custo médio de se encontrar e produzir cada barril adicional de petróleo causa severas consequências para a indústria e a sociedade. A descoberta do pré-sal e a condição relativa do Brasil e da Petrobrás, diante da situação internacional, nos apresenta oportunidades e ameaças. (Coutinho, O fim do petróleo barato e do mundo que conhecemos, 2017)

As PROPOSIÇÕES apresentadas pela AEPET objetivam retomar a missão da Petrobrás e contribuir para Soberania Nacional.



PROPOSIÇÕES

1. Reverter privatizações de ativos da Petrobrás e leilões de petróleo ocorridas no período Temer. Garantir a continuidade operacional das Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados (FAFENs) e da Petrobrás Biocombustível (PBIO)

Pesquisa recente apontou que 70% dos brasileiros são contra a privatização da Petrobrás, enquanto 78% são contra o capital estrangeiro na companhia. (Folha de S.Paulo, 2018) Talvez por isso a atual direção da Petrobrás evite usar a palavra “privatização”. Sob o eufemismo “parcerias e desinvestimentos”, o plano estratégico tem a meta de privatizar US\$ 34,7 bilhões de ativos da estatal entre 2015 e 2018. (Petrobras, PNG 2017-2021, 2016) (Petrobras, PNG 2018-2022, 2018)

As privatizações têm sofrido questionamentos na Justiça e no Tribunal de Contas da União (TCU). Em março de 2017, a Petrobrás divulgou que “adaptou o seu programa de desinvestimentos à sistemática aprovada pelo TCU”. A adaptação teve resultado sobre as vendas em andamento e não surtiu efeito sobre os projetos cujos contratos de compra e venda já haviam sido assinados.

O TCU e os vários órgãos de controle se omitem em relação à política de substituição do monopólio estatal da Petrobrás por monopólios privados, o que é absolutamente vedado pela Constituição, em seus artigos 170 e 173, §4º. Tais monopólios privados se estabelecem na prática com as privatizações da Petrobrás como na petroquímica, nos transportes de gás natural e no refino por regiões como pretende a atual direção da estatal. E, na medida em que a Petrobrás vem sendo fatiada, os agentes econômicos



privados tendem a buscar o lucro máximo por negócio, majorando os custos ao consumidor, o que restringe ainda mais o já pífio crescimento do mercado interno. (Bercovici & Coutinho, 2018)

A continuidade operacional das FAFENs visa garantir a segurança alimentar brasileira e promover o desenvolvimento regional. Enquanto a preservação e o desenvolvimento das atividades da PBIO promovem a diversificação de nossa matriz energética, com o devido foco em energias potencialmente renováveis.

O Brasil tem na agricultura um de seus pontos fortes em competitividade e garantia de suprimento interno de alimentos. As privatizações do setor na década de 1990 eliminaram a chance de o País caminhar para autossuficiência em fertilizantes, ou pelo menos ter uma situação de conforto frente aos monopólios e oligopólios internacionais do segmento. Sem poder estatal, o País torna-se mercado de ganhos internacionais no setor.

Notadamente a privatização de sistemas de escoamento e transporte de derivados é um verdadeiro tiro no pé. Favorece o comprador mostrando vantagens que ninguém entrega a competidores. A Petrobrás entrega a sua infraestrutura básica. Com o domínio de poderosos grupos, estrangeiros ou nacionais, pagará caro para uso das instalações privatizadas.

A Petrobrás alcançou a dimensão mundial e competitiva entre outras razões, pela sua audácia de desbravar regiões implantando infraestrutura industrial e de logística que lhe dá competitividade no crescimento do mercado. Não existe no mundo empresa que abra sua infraestrutura para garantir acesso ao mercado por competidor.



A privatização parcial ou total da BR é um desrespeito ao consumidor. Sabidamente os grupos privados estrangeiros cartelizaram o mercado mundial por quase um século. E o fazem sempre que podem, impondo preços e condições. Além disso, a desregulamentação do mercado interno nacional e a tibieza dos órgãos reguladores fez surgir a indústria de falsificação por empresas fantasmas, ou com certidão de legais, de rede de revendedores de produtos roubados, falsificados ou obtidos com sonegação de impostos. E o setor do etanol se associou ao de distribuição, buscando introduzir os interesses do seu segmento no petroleiro. Sabe-se que este segmento domina mundialmente a produção de açúcar e joga no mercado interno de etanol para garantir sua posição no mercado mundial. Ademais as grandes empresas petrolíferas fizeram fusões adensando o mercado. Neste contexto, o País precisa ter de um lado, o da BR com a Petrobrás, pois o outro lado conta com centenas de entidades prontas para tirar proveito de fragilidades e facilidades legais ou regulatórias.



2. Revisão da política de preços da Petrobrás

A Petrobrás adotou nova política de preços dos combustíveis, desde outubro de 2016. Em resumo, foram praticados preços mais altos que viabilizaram a importação por concorrentes. A estatal perdeu mercado e a ociosidade de suas refinarias chegou a um quarto da capacidade instalada. A exportação de petróleo cru disparou, enquanto a importação de derivados bateu recordes. A importação de diesel se multiplicou por 1,8 desde 2015, dos EUA por 3,6. O diesel importado dos EUA que em 2015 respondia por 41% do total, em 2017 supera 80% do total importado pelo Brasil.

De acordo com os resultados apresentados pela Petrobrás, relativos a 2017, ocorreu, em comparação com 2016, estabilidade na produção de óleo e gás, aumento de 32% na exportação de petróleo e, ao mesmo tempo, uma redução de vendas de 6% nas vendas para o mercado interno. Em decorrência da importação de derivados por outros agentes, a empresa sofreu perdas de “market-share” nos últimos dois anos e viu aumentar a ociosidade de suas refinarias.

A atual política de paridade de preços tem sido incapaz de manter as cotas de participação da Petrobrás no mercado interno e, desde a sua implantação, em 2016, a receita da companhia vem diminuindo continuamente, tendo caído de R\$321,6 bilhões, em 2015, para R\$283,7 bilhões, em 2017, redução de 13%. Os números relativos às vendas de 2016 e 2017 mostram que o País vem trocando produtos nacionais por importados. Além de reduzir a receita da estatal, essa troca eleva, de forma significativa, a remessa de dólares ao exterior. De acordo com dados da ANP, a importação de derivados aumentou 28,5% em 2017 e atingiu 205,3



milhões de barris, maior valor observado desde que os dados começaram a ser registrados, no ano 2000. Já a despesa em dólares cresceu 57,5%, totalizando US\$13 bilhões em 2017 e pressionando, negativamente, a nossa balança comercial.

Hoje, mais de 20% do mercado brasileiro é abastecido por produtos importados, enquanto as refinarias da Petrobrás operam ociosas, na ordem de 25%, equivalente a 500 mil barris por dia (bpd). Já a nossa exportação líquida de petróleo foi de 900 mil bpd. É inadmissível que, com liberdade para fixar preços, a administração da Companhia aceite a condição extremamente desvantajosa de exportar petróleo e manter o parque de refino ocioso. Os sucessivos aumentos dos combustíveis, para manter a atual política de preços, vêm onerando o consumidor brasileiro e estimulando a importação de derivados por agentes meramente oportunistas, que não mantêm qualquer compromisso com o abastecimento nacional.

Ganharam os produtores norte-americanos, os “traders” multinacionais, os importadores e distribuidores de capital privado no Brasil. Perderam os consumidores brasileiros, a Petrobrás, a União e os estados federados com os impactos recessivos e na arrecadação. Batizamos essa política de “America first!”, “Os Estados Unidos primeiro!”.

É necessário mudar a política de preços e a estratégia da Petrobrás para utilizar o maior patrimônio dos brasileiros em favor dos seus interesses. Precisamos superar a sina colonial da exportação de produtos primários, é necessário evitar o ciclo neocolonial da exportação de petróleo cru, enquanto se importa derivados com maior valor agregado. A renda petroleira precisa ser apropriada e distribuída em favor do



desenvolvimento nacional. (AEPET, Política de preços de Temer e Parente é “America First!”, 2017)

3. Desenvolvimento da Política de Conteúdo Local

A política de conteúdo local, praticada pelo governo para desenvolver a indústria nacional, foi duramente atingida pelo corte substancial dos índices nas atividades de exploração e produção de petróleo e, pior, dando a entender que isto é bom para o Brasil. Na prática, esta decisão sinaliza o fim do conteúdo local.

O presidente do Clube de Engenharia, Pedro Celestino, afirmou que "estão querendo trocar um modelo bem-sucedido, inspirado pela Noruega, por um desastre econômico e social, cujo símbolo entre estudiosos é a Nigéria... Embora este país esteja entre os maiores produtores de petróleo do mundo, 70% da sua população vive abaixo da linha de pobreza e a taxa de desemprego é superior a 20%. Este país é um barril de pólvora. É o que acontecerá conosco, se a Petrobrás deixar de cumprir o seu papel histórico, o de âncora do nosso desenvolvimento industrial." (AEPET, 2017) (Coutinho, Temer assume agenda das multinacionais do petróleo e desgraça o Brasil, 2017)



4. Contratação direta da Petrobrás para a operação e produção do petróleo Excedente da Cessão Onerosa. Acumulação de caráter estratégico em termos de volume, produtividade e integração com a Cessão Onerosa

A Cessão Onerosa é um contrato celebrado entre a Petrobrás e a União, conforme estabelecido na Lei Nº 12.276/2010, através do qual a empresa adquiriu o direito de produzir um volume total de 5 bilhões de barris de petróleo equivalente a partir de seis áreas onde a estatal já havia conduzido estudos exploratórios.

A Lei da Partilha (Lei Nº 12.351/2010) também previa em 2014 a possibilidade de contratação direta da Petrobrás nos casos de interesse estratégico nacional. Utilizando-se deste recurso, na 28ª Reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), presidida pela ex-presidente Dilma Roussef em 24 de junho de 2014, aprovou-se a contratação direta da Petrobrás para a produção em regime de partilha do volume de petróleo equivalente recuperável, excedente ao volume contratado sob o regime de Cessão Onerosa.

O caráter estratégico da contratação da Petrobrás para a produção do excedente da Cessão Onerosa (9,8 a 15,2 bilhões de barris) em regime de partilha com a União foi comentado pela então presidente da estatal, Maria das Graças Silva Foster em apresentação para analistas divulgada em 27 de junho de 2014. Ela destacou a importância da produção do excedente para a Petrobrás para: repor a produção acumulada de seis anos no período de 2020-2030 (reposição de 1,6 a 1,8 bilhão de boe/ano); assegurar de forma antecipada um volume potencial com baixo risco exploratório; permitir maior seletividade nas futuras licitações de áreas exploratórias;



economizar em custos de descoberta (deixar de gastar para descobrir e delimitar volumes equivalentes). (Laier & Marinho, 2017)

Interesses estrangeiros pretendem que o governo anule a decisão do CNPE pela contratação direta da Petrobrás para operação e produção do excedente da Cessão Onerosa pelo regime de partilha. Cobiçam se apropriar desse petróleo, sem riscos, por meio dos leilões de privatização. (Coutinho, Temer assume agenda das multinacionais do petróleo e desgraça o Brasil, 2017)

Entendemos que a Petrobrás deve ser contratada diretamente para a operação e produção da acumulação excedente da Cessão Onerosa.

**5. Assegurar o direito da Petrobrás como operadora única no pré-sal.**

Revisar a Lei da Partilha e adotar prioritariamente a Contratação Direta para prestação de serviços para garantir, no mínimo, 70% do óleo lucro para a União e elevação da participação mínima da Petrobrás de 30% para 60% nos consórcios

Sobre as alternativas dos modelos regulatórios, os resultados históricos e potenciais, além de alternativas para aperfeiçoamento, recorreremos ao trabalho de Sauer e Rodrigues (2016) do qual destacamos os seguintes trechos:

“De modo geral, os modelos regulatórios podem ser agrupados em quatro tipos básicos: contratos de concessão; de partilha de produção; contrato de prestação de serviços; e monopólio estatal de produção... Há ainda uma proposta de adoção do regime de contratos de serviços, também previsto na legislação hoje em vigor, que considera a possibilidade de contratação direta da Petrobrás, e que oferece a possibilidade de maximização do volume de recursos apropriados publicamente pelo controle sobre o ritmo de produção, visando o controle geopolítico sobre o preço do petróleo...

... o regime de partilha de produção – que define a forma como o proprietário dos recursos naturais (União) pode transferi-los a outros entes (empresas), por meio de pagamentos – tem sido instrumentalizado de modo a gerar menos benefícios governamentais do que os esperados. Atualmente, de acordo com as regras aplicadas pelo regime de partilha de produção para a participação da União no excedente em óleo e para a formação de consórcios para licitações, o regime de concessões mostra-se



mais favorável em termos de receitas governamentais na maior parte dos campos analisados.

Essa situação poderia ser alterada ou com a adoção de um novo regime regulatório, como o de serviços, que se mostrou o mais favorável em termos de receitas governamentais, ou com a adaptação das regras do regime de partilha de produção atual, para permitir alíquotas de participação da União no excedente em óleo mais elevadas. ” (Sauer & Rodrigues, 2016)

É necessário revisar as regras do regime de partilha e adotar, com maior frequência, o regime da contratação de serviços para aumentar a participação da União no excedente em óleo e na renda petroleira.

Destacamos razões para evidenciar que a liderança da Petrobrás na operação de áreas estratégicas, como no pré-sal, responde ao interesse da maioria dos brasileiros:

- I. A Petrobrás, como operadora única, possibilita maior controle social sobre a taxa de produção e evita a extração predatória.
- II. Evita o risco de fraude na medição da vazão do petróleo produzido e a consequente redução da fração partilhada com a União.
- III. Impede o risco de fraude na medição dos custos dos empreendimentos e da operação, custos que são contabilizados pela operadora e descontados do petróleo que é partilhado com a União.
- IV. Viabiliza a política industrial que fortalece fornecedores locais de bens e serviços, em bases competitivas, além de promover tecnologias nacionais.



- V. Garante o desenvolvimento tecnológico e as decorrentes vantagens comparativas. A experiência operacional é essencial para garantir o contínuo aprendizado tecnológico.
- VI. A Petrobrás assumiu o risco exploratório, fez enormes investimentos no pré-sal e a produção superou um milhão de barris por dia em tempo recorde.
- VII. A operação e a máxima participação da Petrobrás nos consórcios permitem o acesso de maior parcela dos resultados econômicos aos brasileiros e que maior parcela do petróleo produzido seja propriedade da União, garantindo vantagem geopolítica estratégica.
- VIII. Promove a geração de mais empregos de qualidade no Brasil.
- IX. Não há necessidade de novos leilões e de urgência no desenvolvimento de novos campos para atender e desenvolver o mercado interno.
- X. Hoje, os riscos são mínimos. A produtividade dos campos é alta e os custos são conhecidos pela companhia. Não há necessidade de partilhar riscos que já são bem conhecidos.
- XI. A Petrobrás é a companhia da indústria mundial do petróleo com melhores perspectivas futuras, em termos de reservas, da produção de petróleo e derivados e de garantia de acesso a mercados com potencial de crescimento.
- XII. O petróleo não é uma mercadoria qualquer e não existe substituto potencial compatível para a produção de combustíveis líquidos, petroquímicos e fertilizantes. (AEPET, As 14 principais razões porque a Petrobrás deve ser a operadora única no Pré-Sal, 2015)



6. Revisão do Planejamento Estratégico e da Política de Distribuição de Dividendos da Petrobrás

A atual direção da Petrobrás tem defendido que é preciso privatizar US\$ 21 bilhões até o fim de 2018. Para se justificar apresenta informações incompletas sobre as multinacionais privadas.

O verdadeiro objetivo da atual gestão é a privatização, por partes, dos ativos rentáveis da Petrobrás. A escolha do indicador de alavancagem, da meta de 2,5 e do prazo de 2018 são arbitrários. São as consequências da meta de privatização e não o contrário. Trata-se de uma falácia, de inversão de causa e efeito, que é repetida muitas vezes. (Oliveira & Coutinho, 2018) (Oliveira & Coutinho, 2017)

A única coisa que sabemos sobre o futuro é que ele será muito diferente e que nenhuma área de atividade estará a salvo das mudanças que virão. A indústria do petróleo não será exceção e as empresas mais prudentes passaram a incluir em seu planejamento estratégico cenários alternativos ao *“business as usual”*. As grandes companhias petroleiras demonstram graus variados de preocupação com as transformações que podem influenciar a indústria. As mais atentas procuram se posicionar estrategicamente para enfrentar as dificuldades de um mercado que pode se tornar cada vez mais restrito e mais competitivo. Novos modelos de negócios estão sendo introduzidos, visando a integração de atividades, do poço ao posto, a agregação de valor ao petróleo e ao gás, investimentos em renováveis e defesa da participação no mercado, dentre outros. Produtos petroquímicos e fertilizantes terão uma demanda crescente nas próximas décadas e constituirão um mercado pronto para parte do petróleo que será



deslocado de outros setores. As palavras de ordem passaram a ser “integração de atividades” e “diversificação”

A Petrobrás, desde a sua criação, orientou o seu crescimento de forma integrada e buscou adicionar valor ao petróleo mediante a produção de derivados, lubrificantes, petroquímicos e fertilizantes. Nos últimos 20 anos, investiu fortemente nos setores de gás natural e biocombustíveis, assim como promoveu a diversificação de seus negócios no setor de energia, com usinas termelétricas, eólicas e pequenas centrais hidroelétricas (PCHs). Alcançou, já em 2015, um posicionamento estratégico de causar inveja às suas congêneres multinacionais, então abaladas pela queda dos preços do petróleo. Desde o PNG aprovado em 2017, esta vantagem competitiva da Petrobrás vem sendo desmontada pela venda de ativos estratégicos que desestruturam as principais receitas da empresa, e por uma política de preços que reduz a participação da Petrobrás no mercado interno e abre espaço para competidores oportunistas.

O Planejamento deve objetivar a manutenção e crescimento da empresa. Para a empresa integrada de petróleo significa a ampliação de suas atividades por todas as áreas do petróleo e, sendo uma empresa de Estado, nas atividades de energia e das indústrias que estas envolvem. Em especial, o planejamento estratégico deve buscar o domínio e desenvolvimento tecnológico. Logicamente, como em toda grande empresa, sempre há momentos e situações em que se pode e se deve praticar um certo nível de compra e de venda de ativos, mas sempre mantendo a integração de suas atividades essenciais.



Assim, é com foco no desenvolvimento da indústria do petróleo e dos seus produtos, na geração de empregos, no bem-estar do povo brasileiro e na segurança da produção de energia para o Brasil, é que a Petrobrás deve desenvolver seu Planejamento Estratégico. Pode fazê-lo e ter lucro simultaneamente, essa a essência que deveria ter o Plano.

O atual Plano Estratégico parece ter sido elaborado para agradar o mercado ou o governo, ajustando indicadores fora de contexto (do tipo reduzir alavancagem para 2,5 em 2018, de forma arbitrária). A venda de ativos estruturantes como Liquigás, BR, gasodutos, campos em produção lucrativa, refinarias recém modernizadas e seus sistemas de escoamento e infraestrutura, estaria direcionada para transformar a Petrobrás em uma empresa de menor significado, enquanto desconsidera que a companhia tem pleno acesso ao mercado de crédito, em volume suficiente para a administração da dívida.

Sobre a política de distribuição de dividendos, o artigo 8º do Estatuto Social da Petrobrás estabelece "dividendo e/ou juros sobre o capital próprio, que não poderão ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado". O estatuto não estabelece um limite superior.

Recentemente o Conselho de Administração da BR Distribuidora autorizou distribuição de 95% do lucro líquido do exercício de 2017. A justificativa apresentada no Relatório de Administração da empresa é de que este valor equivale ao Caixa Livre gerando no exercício. (Oliveira C. , A escandalosa abertura de capital da BR Distribuidora, 2018)

O Conselho de Administração da Petrobrás aprovou a antecipação trimestral de dividendos. Estas decisões visão exclusivamente atender



interesses de curto prazo do mercado de capitais, descapitalizando a companhia num momento em que ela precisa de recursos para investir no desenvolvimento da produção do pré-sal e na agregação de valor ao petróleo cru.

É preciso rever a política de distribuição de dividendos e o estatuto social da Petrobrás para reduzir a distribuição mínima e estabelecer um limite máximo, além de eliminar a antecipação trimestral do pagamento dos dividendos, para que a Petrobrás não seja submetida a interesses especulativos e de curto prazo.

7. Limitação da exportação de petróleo cru

Nenhum país se desenvolveu exportando petróleo por multinacionais estrangeiras. Existe correlação entre o consumo per capita de energia e o desenvolvimento humano. Também entre o consumo de energia e o crescimento econômico. Neste contexto, as reservas nacionais precisam ser observadas sob a ótica da segurança de suprimento energético, presente e futura, e jamais sob a ótica de geração imediata de divisas. É necessário optar pelo valor de uso do petróleo, agregar valor com uma indústria forte, diversificada e intensiva em tecnologia. Além de estimular a implantação da infraestrutura para a produção dos biocombustíveis e das energias potencialmente renováveis.

O consumo energético per capita do Brasil é muito baixo, próximo ao do Paraguai, quatro vezes menor em comparação com a Noruega e seis vezes menor em relação aos EUA. (Coutinho, A energia é o meio e a Petrobras é a chave para o desenvolvimento soberano do Brasil, 2017)



O Brasil é superavitário na produção de petróleo. Este fato leva à possibilidade de desenvolver a indústria brasileira de transformação e de fabricação. A Petrobrás, como empresa estatal, tem a função de desenvolver a indústria e a tecnologia nacionais. Nas décadas de 70 e 80, a companhia promoveu o desenvolvimento industrial no País e chegou a comprar até 95% dos seus insumos no mercado nacional.

Cabe à Petrobrás, usar a produção nacional de óleo cru e gás natural, primordialmente, para o uso interno e para produção de produtos derivados. A exportação de petróleo cru deve estar subordinada a todos atendimentos domésticos atuais e futuros estimados. Portanto ela deve ser residual e não permanente.

8. Revisão dos subsídios concedidos às petroleiras e reversão das legislações, decretos, reformas e resoluções que impactam as estatais, aprovadas no governo ilegítimo estabelecido

Destacamos a Medida Provisória (MP 975/2017), , convertida na Lei nº 13.586/2017, que concede subsídios e isenções às petrolíferas estrangeiras, os Decretos 9188/2017 e 9355/2018 que retiram diversas salvaguardas quanto a privatização indiscriminada, as reformas estatutárias e do regimento do Conselho de Administração, que aumentam sobremaneira a participação de profissionais de mercado, alheios à Petrobrás, em cargos gerenciais de vários níveis e como membros do Conselho, a RESOLUÇÃO Nº 23, de Janeiro de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - que retira direitos quanto a assistência de saúde dos trabalhadores de estatais, a Lei das Estatais, que



cria obstáculos para a atuação de representantes dos trabalhadores no Conselho de Administração.

A MP 795/2017, convertida na Lei nº 13.586/2017, determina a redução de tributos de empresas envolvidas nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

Somente para 2018, a previsão de renúncia de receita, decorrente desses incentivos fiscais, é de cerca de R\$ 16,4 bilhões, conforme relatório elaborado pela assessoria legislativa da Câmara dos Deputados. (Rede Brasil Atual, 2017)

A Nota Técnica do Consultor Legislativo, Paulo César Lima, informa:

“... a base de cálculo da CSLL e para determinação do IRPJ será reduzida de US\$ 23,2 para US\$ 1,2 por barril. Assim, esses tributos gerarão uma receita de apenas US\$ 0,408, em vez de US\$ 7,888 por barril, o que representa uma perda de arrecadação de US\$ 7,48 por barril. ”

“A renda do Estado na produção de cada barril de petróleo a US\$ 60 é reduzida de US\$ 22,69 para US\$ 15,208 por barril, o que representa uma participação governamental total de apenas 40%”.

“Estima-se que apenas o campo de Libra tenha volumes recuperáveis de petróleo equivalente acima de 10 bilhões de barris. Aprovada a MPV nº 795/2017, estendidos seus efeitos e admitida uma perda de arrecadação de IRPJ e de CSLL de US\$ 7,48 por barril, a redução de receita tributária seria de US\$ 74,8 bilhões apenas no campo de Libra. ”

“Nos vários campos do Pré-Sal, a redução de receita tributária de IRPJ e CSLL poderia ser superior a R\$ 1 trilhão. ” (Lima, 2017)



A Lei nº 13.586/2017 (derivada da MP 795/2017) precisa ser revogada. (Coutinho, Temer assume agenda das multinacionais do petróleo e desgraça o Brasil, 2017)

9. Políticas públicas para distribuição da renda petroleira. Investimentos crescentes em Ciência e Tecnologia, biocombustíveis e energias potencialmente renováveis

O desenvolvimento do Brasil depende da utilização dos nossos recursos naturais em benefício da maioria dos brasileiros. Temos que superar a sina colonial e condenar as elites que servem aos interesses estrangeiros, em prejuízo da maioria. Os antigos senhores de engenho e seus feitores são hoje os 0,01%, os rentistas, os executivos vassalos das corporações multinacionais e, no topo da cadeia parasitária, os banqueiros. (Coutinho, A energia e o desenvolvimento soberano em 10 lições, 2017)

É necessário garantir a propriedade do petróleo e ficar com seu valor de uso. Atender as necessidades dos brasileiros e erguer a infraestrutura dos renováveis para uma nova organização social.

A natureza e o trabalho de gerações de brasileiros nos deram a grande oportunidade que é o petróleo do pré-sal. Precisamos ser capazes de empreender um projeto soberano para, desta vez, usar as riquezas naturais brasileiras em benefício da maioria da população.



10. Recuperar a soberania sobre a Petrobrás com a recompra das ações negociadas na bolsa de Nova Iorque

Ir à Bolsa de Valores decorre da necessidade de capitalização de muitas empresas. Elas oferecem, em contrapartida, a participação do lucro sob a forma de dividendos. Mas o objetivo da Petrobrás não é ter lucro para distribuir. Desde sua criação ela tem por principal missão abastecer o Brasil de derivados de petróleo a menor custo e contribuir para o desenvolvimento nacional.

Vê-se, portanto, que deve continuar a ser uma empresa de natureza estatal, em busca de eficiência operacional e técnica que lhe garanta os lucros necessários para exercer suas funções. Também, na contabilidade de toda empresa de petróleo, o risco, isto é, a atividade exploratória, é coberto pelo lucro das outras atividades, daí serem sempre empresas integradas.

Colocar suas ações em bolsa estrangeira é sujeitá-la a outros propósitos, distintos de sua criação e de suas atividades, é amesquinhar os objetivos da Companhia.

O prejuízo potencial da perda da soberania brasileira ao alienar parcela relevante das ações da Petrobrás na bolsa de valores dos EUA foi evidenciada recentemente, no acordo para pagamento de US\$ 2,95 bilhões aos acionistas estrangeiros. (AEPET, Nota da AEPET sobre acordo de pagamento de US\$ 2,95 bilhões aos acionistas dos EUA, 2018)

Também se verifica, um flagrante caso de extraterritorialidade legal que deriva dessa decisão, uma vez que a Petrobrás, bem como sua força de trabalho, se vê subordinada à Lei estadunidense Sarbanes-Oxley. Trata-se de mais uma manifestação inequívoca em que nossa soberania se vê ferida.



AEPET

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

As ações da Petrobrás devem ser retiradas de bolsas de valores estrangeiras, com o imediato pedido de suspensão das transações e a negociação para sua compra.

* Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET)

<http://www.aepet.org.br/w3/>



Referências

- AEPET. (2015). As 14 principais razões porque a Petrobrás deve ser a operadora única no Pré-Sal. Fonte: https://felipecoutinho21.files.wordpress.com/2015/05/as-principais-razc3b5es-pb-operadora-c3banica-_reva.pdf
- AEPET. (2017). Carta aberta à Sociedade Brasileira sobre a desintegração da Petrobrás. Fonte: http://www.aepet.org.br/uploads/paginas/uploads/File/Carta%20%20Aberta_rev0.pdf
- AEPET. (2017). Política de preços de Temer e Parente é “America First! ”. Fonte: <https://felipecoutinho21.wordpress.com/2017/12/15/politica-de-precos-de-temer-e-parente-e-america-first/>
- AEPET. (2018). Nota da AEPET sobre acordo de pagamento de US\$ 2,95 bilhões aos acionistas dos EUA. Fonte: <http://www.aepet.org.br/w3/index.php/artigos/noticias-em-destaque/item/1200-nota-da-aepet-sobre-acordo-de-pagamento-de-us-2-95-bilhoes-aos-acionistas-dos-eua>
- Bercovici, G., & Coutinho, F. (2018). Parceria estratégica é novo codinome da privatização. Fonte: <http://www.aepet.org.br/w3/index.php/artigos/artigos-da-aepet-e-colaboradores/item/1518-parceria-estrategica-e-novo-codinome-da-privatizacao>
- Coutinho, F. (2017). A energia e o desenvolvimento soberano em 10 lições. Fonte: <http://www.aepet.org.br/w3/index.php/artigos/noticias-em-destaque/item/641-a-energia-e-o-desenvolvimento-soberano-em-10-licoes>
- Coutinho, F. (2017). *A energia é o meio e a Petrobras é a chave para o desenvolvimento soberano do Brasil*. Fonte: Blog Ocupar a Petrobras: https://felipecoutinho21.files.wordpress.com/2017/07/a-energia-c3a9-o-meio-e-a-petrobras-a-chave_rev0.pdf
- Coutinho, F. (2017). O fim do petróleo barato e do mundo que conhecemos. Fonte: <https://felipecoutinho21.files.wordpress.com/2017/09/o-fim-do-petrc3b3leo-barato-e-o-novo-mundo.pdf>
- Coutinho, F. (2017). Temer assume agenda das multinacionais do petróleo e desgraça o Brasil. Fonte: <https://felipecoutinho21.wordpress.com/2017/11/02/temer-assume-agenda-das-multinacionais-do-petroleo-e-desgraca-o-brasil/>
- Folha de S.Paulo. (2018). Sete em cada dez brasileiros são contra privatizações. Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/12/1945999-sete-em-cada-dez-brasileiros-sao-contra-as-privatizacoes.shtml>
- Laier, P., & Marinho, C. (2017). De Olho no Excedente da Cessão Onerosa. Fonte: <http://www.aepet.org.br/w3/index.php/artigos/noticias-em-destaque/item/882-de-olho-no-excedente-da-cessao-onerosa>
- Lima, P. C. (2017). *Análise da medida provisória No 795, de 2017*. Fonte: https://jornalggn.com.br/sites/default/files/documentos/nota_tecnica_mp_795.pdf
- Oliveira, C. (2018). A escandalosa abertura de capital da BR Distribuidora. Fonte: <http://www.aepet.org.br/w3/index.php/artigos/artigos-da-aepet-e-colaboradores/item/1530-a-escandalosa-abertura-de-capital-da-br-distribuidora>



- Oliveira, C., & Coutinho, F. (2017). *A principal meta da Petrobras, na gestão Parente, é temerária*. Fonte: Blog Ocupar a Petrobras: https://felipecoutinho21.files.wordpress.com/2017/06/a-principal-meta-da-petrobras-e-temeraria_revfinal.pdf
- Oliveira, C., & Coutinho, F. (2018). Tolice supor que os petroleiros são tolos. Fonte: <http://www.aepet.org.br/w3/index.php/artigos/noticias-em-destaque/item/1438-tolice-supor-que-os-petroleiros-sao-tolos>
- Petrobras. (2016). PNG 2017-2021. Fonte: <http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/plano-estrategico-da-petrobras-tem-metricas-para-aumentar-seguranca-e-baixar-alavancagem.htm>
- Petrobras. (2018). PNG 2018-2022. Fonte: <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/estrategia/plano-de-negocios-e-gestao/>
- Rede Brasil Atual. (2017). MP de Temer propõe renúncia de R\$ 1 tri para favorecer petrolíferas estrangeiras. Fonte: <http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2017/10/manobra-do-governo-aprova-relatorio-de-mp-que-favorece-mercado-petrolifero-internacional>
- Sauer, I. L., & Rodrigues, L. A. (2016). Pré-sal e Petrobras: além dos discursos e mitos: disputas, riscos e desafios. Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142016000300185&script=sci_arttext&tlng=en